



GABINETE ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO

SEGUNDA CÂMARA

SESSÃO: 29.01.2015

PROCESSO: 772-0200/13-7
ASSUNTO: Contas de Governo – 2013
ÓRGÃO: Executivo Municipal de Novo Machado
INTERESSADOS: Airton José Moraes

Contas de Governo. Não atendimento da Lei de Acesso à Informação na sua totalidade. Não envio das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante. **Parecer Favorável à aprovação das Contas do Gestor. Atendimento à Lei nº 101/2000. Recomendação ao atual Gestor.**

Trata-se do processo de **Contas de Governo** de **Airton José Moraes** administrador responsável pelo **Executivo Municipal de Novo Machado**, no exercício de **2013**.

A Supervisão de Auditoria Municipal procedeu a Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2012 e, relativamente ao Relatório da Gestão Fiscal – o Serviço de Acompanhamento de Gestão – SAG, concluiu pelo não atendimento do § 4º do art. 9º da LC Federal nº 101/2000, relativo as Audiências Públicas e art. 48, Parágrafo Único e art. 48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, no que refere a Lei da Transparência.

As conclusões decorrentes das diversas análises efetuadas foram elencadas no Relatório Geral de Consolidação das Contas elaborado pela Supervisão de Instrução de Contas Municipais (fls. 209 a 211), resultando na constatação de inconformidades, sobre as quais Airton José Moraes foi devidamente intimado (fls. 212 a 215).

O Gestor apresentou esclarecimentos e documentação que foram juntados nas fls. 216 a 223,



Na reinstrução do feito a Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM, fls. 283 a 286, opinou pela manutenção das seguintes inconformidades:

Da Gestão Fiscal

Item 2.3 - Lei da Transparência, não atendimento do art. 48, parágrafo único e art. 48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009 (fl. 148).

Do Relatório Geral de Consolidação das Contas

Item 2.1.1 – Não foi enviada a cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, exigida pelo art. 113 do RITCE, regulamentado pela Resolução TCE nº 962/2012 (fl. 210).

Do Parecer do Ministério Público de Contas

O representante do Ministério Público de Contas, Adjunta de Procurador, **Fernanda Ismael**, mediante o **Parecer nº 13545/2014** (fls. 229 a 232), manifesta-se pela imposição de **multa** a Airton José Moraes; pelo **atendimento** à Lei Complementar nº 101/2000; pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo de **Airton José Moraes** e **Recomendação** ao atual Administrador para que evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como **verificação**, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o relatório, passo ao voto.

Inicialmente relato que acolho as proposições da SICM e do Ministério Público de Contas no sentido de afastar o aponte constante no item 2.2 da Gestão Fiscal relativo à realização das audiências públicas, do 1º quadrimestre/2013 e do 2º



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Tribunal de Contas	
Fl. 236	Rub



quadrimestre/2013, com atraso de 55 dias e 51 dias, respectivamente, infringindo o § 4º do art. 9º da LC Federal nº 101/2000, visto que os documentos anexados nas fls. 129 e 220 comprovam que tal atraso não ocorreu.

No que tange a falha constante no **item 2.3 da Gestão Fiscal** relativo ao não atendimento, em sua plenitude, dos dispositivos da Lei Federal nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, trata-se de situação ensejadora de advertência ao atual Gestor para a promoção dos ajustes necessários ao total cumprimento da norma.

Ressalto que a Lei 12.527/2011 entrou em vigor em maio de 2012, e sendo muito recente ainda suscitava dúvidas a serem sanadas e as devidas adequações por parte dos agentes públicos para viabilizar o integral cumprimento, o que demandou tempo.

Não obstante permanece o alerta ao atual administrador para que adote as providências para o cumprimento, de forma integral das disposições da referida lei.

Diante disso acolho a sugestão do Ministério Público de Contas no sentido de declarar atendida a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que refere ao item 2.1.1 do Relatório de Consolidação das Contas, verifica-se que realmente não houve a remessa das referidas atas, não obstante, o Gestor comprovou que o inventário em questão foi devidamente procedido ainda que de forma extemporânea.

Como o inventário foi realizado de forma extemporânea, assim como extemporânea também foi a remessa da ata, a falha mantém-se para efeito de alerta ao Gestor para que não reincida.

No que refere ao Parecer das Contas, consoante a análise procedida e nos termos do que propõe o Agente Ministerial, as contas do responsável devem ser aprovadas, nos termos do artigo 5º, da Resolução nº 414/92 deste Tribunal.

Por derradeiro, tratando-se de processo de Contas de Governo, no qual não há julgamento mas tão somente a emissão de Parecer, nos termos do posicionamento que tem esta Câmara adotado, ao qual me filio, deixo de acolher a proposição do Agente Ministerial no sentido de impor multa ao Gestor.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Tribunal de Contas	
Fl. 237	Rub



Diante do exposto, voto:

a) pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das contas de **Airton José Moraes**, administrador responsável pelo **Executivo Municipal de Novo Machado**, no exercício **2013**, em conformidade com o artigo 5º da Resolução nº 414/92, deste Tribunal;

b) declarar atendida a **Lei Complementar nº 101/2000**, no exercício de **2013**;

c) **por alerta** ao Administrador para que evite reincidência nas falhas apontadas e adote as medidas necessárias para as correções devidas;

d) após o trânsito em julgado, seja o processo encaminhado ao Legislativo Municipal, com os devidos Pareceres para os fins legais.

É o voto.

Adroaldo Mousquer Loureiro,
Conselheiro Relator.